

A GESTÃO PÚBLICA DO LAZER EM ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO DA PRAÇA DO OPERÁRIO, NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA

Vandacy da Silva Castro¹

Breves, PA, Brasil

Cleber Augusto Trindade Castro²

Natal, RN, Brasil

RESUMO: O presente artigo buscou analisar a gestão pública de políticas para o lazer que incidem na Praça do Operário, no Município de Breves, na Amazônia paraense, localizado no Arquipélago do Marajó, a fim de compreender a dinâmica social do lazer nesse espaço, analisar a participação popular no processo gestão pública e a dinâmica entre poder público e sociedade local. Para a consecução dos objetivos foram realizados estudos bibliográficos e documentais, além de entrevistas semiestruturadas com representantes dos gestores públicos municipais, trabalhadores formais e informais da praça, moradores do entorno da praça e frequentadores e usuários da praça. Foram realizadas um total de 22 entrevistas, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência. Constatou-se que a requalificação e refuncionalização recentes da praça não foram amplamente discutidas com a sociedade de Breves, sendo negligenciado dessa ação uma série de demandas dessa sociedade. Ainda assim, a Praça do Operário configura-se como importante espaço urbano de lazer da cidade, com um conjunto de ações desenvolvidas tanto pelo governo municipal quanto por instituições parceiras em sua gestão pública.

Palavras-chave: Lazer. Gestão pública. Espaços públicos urbanos. Marajó.

PUBLIC MANAGEMENT OF LEISURE IN URBAN SPACES: A CASE STUDY OF WORKER'S SQUARE ON BREVES, PARÁ

ABSTRACT: This article seeks to analyze public management policies for leisure that affect the Workers' Square in the city of Breves, in the Amazon, located in the archipelago of Marajó, in order to understand the social dynamics of leisure in this space, analyze popular participation in the management and the dynamic between government and local society. To achieve the objectives were conducted bibliographic and documents studies, as well as semi-structured interviews with representatives of the following social groups: municipal managers; formal and informal workers of the square; people living around the square; and patrons and users of the square. They interviewed a total of 22 social social agents from non-probability sampling for convenience. It was found the structure and functional recent destinations the square were not widely discussed with society Breves, being neglected this action a series of demands that societies. Still, the Worker Square configured as important urban spaces city leisure, with a set of actions developed by both the municipal government and by partner institutions in its public administration.

Keywords: Leisure. Public Management. Public Urban Space. Marajó.

1 Turismóloga (UFPA); Especialista em Gestão Pública do Lazer e do Turismo (UFPA). Técnica da Prefeitura Municipal de Breves - PA. Email: vandac_turismologa@hotmail.com

2 Turismólogo (UFPA); Mestre em Geografia (UFPA); Doutorando em Turismo (UFRN). Professor do Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: cleber.at.castro@gmail.com

LA GESTIÓN PÚBLICA DEL OCIO EN ESPACIOS PÚBLICOS URBANOS: UN ESTUDIO DE CASO DE LA PLAZA DE TRABAJADOR, EN LA CIUDAD DE BREVES

RESUMEN: En este artículo se pretende analizar las políticas de gestión pública para el ocio que afectan a la Plaza de los Trabajadores en la ciudad de Breves, Pará, en la Amazonia, situado en el archipiélago de Marajó, con el fin de comprender la dinámica social de ocio en este espacio, analizar la participación popular en la gestión del agua y la dinámica entre el gobierno y la sociedad local. Para lograr los objetivos se llevaron a cabo los estudios bibliográficos y documentos, así como entrevistas semiestructuradas con los representantes de los siguientes grupos sociales: los gestores municipales; los trabajadores formales e informales de la plaza; las personas que viven alrededor de la plaza; y los clientes y usuarios de la plaza. Se entrevistó a un total de 22 trabajadores sociales de muestreo no probabilístico por conveniencia. Se encontró la estructura y destinos funcionales recientes la plaza no fueron ampliamente discutido con la sociedad Breves, que se descuiden esta acción una serie de demandas que las sociedades. Aún así, la plaza de trabajo configurados como importantes espacios de ocio urbano de la ciudad, con un conjunto de acciones desarrolladas tanto por el gobierno municipal y por las instituciones asociadas en su administración pública.

Palabras-clave: Ocio. Gestión Pública. Espacios Públicos Urbanos. Marajó.

Introdução

Este trabalho buscou analisar a gestão pública de políticas para o lazer que incidem na Praça do Operário, no Município de Breves, na Amazônia paraense. Este município, localizado no Arquipélago do Marajó, no interior da região, também sofre com o processo de globalização que atinge os mais distantes lugares deste país, deixando visível a problemática do crescimento urbano sem um planejamento que proporcione qualidade de vida à totalidade de seus habitantes e a falta de espaços adequados para prática do lazer nas cidades.

Breves tem passado, ao longo dos anos, por um intenso processo de crescimento populacional, assim como em outras cidades médias brasileiras, tornando-se, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o maior município em população do Arquipélago do Marajó, com 92.860 habitantes.

Essa dimensão, aliada à falta de políticas públicas de ordenamento territorial, de valorização da cultura local e mesmo a oferta de serviços públicos básicos com qualidade, ocasionou sérios problemas sociais. Entre esses problemas encontra-se a forma como a população brevesense vivencia seu cotidiano, especialmente em relação ao tempo livre, diante da falta de opção de espaços públicos e de atividades planejadas para o lazer.

Diante desse contexto, objetivou-se analisar a gestão pública de políticas para o lazer que incidem na Praça do Operário, por se tratar de um espaço significativo enquanto referência simbólica para os brevesenses e por ser diferenciado em relação aos outros existentes no município, por estar na área central da cidade e por ser um espaço onde se detectou a utilização pela população com mais intensidade, para práticas de lazer.

Para a consecução dos objetivos traçados, o trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa dos dados e informações levantadas, o que, de acordo com Alves (2011, p. 600), corresponde a um “[...] processo indutivo baseado na descoberta e na compreensão das ações humanas em suas diferentes perspectivas culturais”. Assim, foram realizados levantamentos e estudos bibliográficos e documentais, os quais propiciaram para definir os conceitos que serão relacionados ao tema aqui proposto, por exemplo, lazer e políticas relacionadas, espaço público, gestão do espaço público e praça como espaço de lazer, os quais serviram como embasamento na construção do referencial teórico deste trabalho, além de permitir uma contextualização das ações públicas que incidem na praça estudada, como um espaço de lazer.

Além disso, o trabalho desenvolveu um estudo de caso da gestão pública da Praça do Operário, no Município de Breves, como espaço público urbano de lazer, a partir de entrevistas semiestruturadas com representantes dos seguintes grupos sociais: gestores públicos municipais; trabalhadores formais e informais da praça; moradores do entorno da praça; e frequentadores e usuários da praça. Foram entrevistados um total de 22 agentes sociais, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência.

Esse tipo de entrevista implica em um diálogo mais livre do que a aplicação de questionários e o preenchimento de formulários, seguindo um roteiro de entrevista composto por pautas ou perguntas mais gerais sobre a temática de pesquisa. A escolha da entrevista semiestruturada também se deu pela liberdade em questionar sobre aspectos que não estavam previstos no roteiro de entrevista, mas que surgiram como importante para o desenvolvimento da pesquisa (GIL, 1989; MAY, 2004; GASKELL, 2008).

Para o cumprimento de aspectos éticos de estudos realizados com pessoas, foram apresentados o tema e os objetivos da pesquisa na abordagem dos informantes, anteriormente à realização das entrevistas, para o prévio conhecimento por parte dos entrevistados e foram solicitadas as devidas autorizações tanto para a realização e registro das entrevistas quanto para a utilização das informações registradas para o desenvolvimento deste trabalho.

O trabalho está dividido em duas sessões: Na primeira, faz-se uma revisão bibliográfica e um debate teórico sobre o lazer e as políticas públicas direcionadas a este campo. Posteriormente, sobre conceituação de espaço público e questões que envolvem as relações de acessibilidade a estes espaços. Foram também abordadas nesta sessão, questões que refletem a gestão do espaço público, desde sua origem no Brasil e as questões políticas relacionadas, e as mais diferentes problemáticas causadas pela falta de participação popular nesse planejamento. Por fim, abordam-se alguns aspectos históricos sobre as praças e sua relação com a sociedade enquanto espaço de lazer.

A segunda sessão discorre sobre a descrição geral do município de Breves, iniciando com um breve histórico, sua localização o processo de desenvolvimento urbano da cidade e as problemáticas enfrentadas pelo município em relação aos espaços para o lazer e suas centralidades. Em seguida, finaliza-se com as análises sobre a gestão do espaço público de lazer, “Praça do Operário”, suas contribuições e problemáticas enquanto espaço público frequentado pelos moradores e visitantes. Por fim se apresentam as considerações finais,

onde se destacam os aspectos relevantes da pesquisa e as contribuições para o processo de melhoramento de políticas públicas destinadas ao lazer da cidade.

Lazer e espaços públicos urbanos

O lazer tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores e estudiosos por se tratar de um fenômeno em permanente transformação e tentar situá-lo no mundo contemporâneo significa compreendê-lo em diferentes aspectos, envolvendo o contexto histórico, político, econômico, social e cultural da sociedade. Para isso faz-se necessário contextualizá-lo submetendo teorias advindas de outros momentos sócio-históricos aos fatos dos momentos presentes.

O significado do termo lazer pode ser entendido por diferentes estudiosos. Para Dumazedier (1980, p. 19), que é um dos pioneiros no estudo, o lazer é

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Historicamente, os estudos sobre o lazer iniciam-se nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo nos Estados Unidos da América, França e Inglaterra, com o movimento intitulado “Sociologia do Lazer” (BAHIA, 2012, p. 3). No Brasil, segundo Werneck (2000), há um crescente empenho por parte de agentes e instituições que se reúnem em busca de seus próprios interesses para descobrir possibilidades de se explorar esse campo.

Werneck (2000) ressalta que existem alguns agentes e instituições que detêm, de certo modo, o monopólio da autoridade científica no campo do lazer no Brasil, e que a concorrência no jogo para ser o protagonista nessa disputa depende do capital acumulado por cada um desses concorrentes. Para Bourdieu (2007), o volume do capital acumulado depende das relações que cada agente poderá mobilizar em seu meio social.

Enquanto as políticas públicas de lazer, entende-se que há um vasto campo a ser analisado. Embora o lazer tenha estado predominantemente situado no campo científico da Sociologia, é uma área de estudo multidisciplinar, por essa razão são muitos os profissionais no Brasil, de diversas áreas do conhecimento que tem empreendido pesquisas sobre o lazer.

Desse modo, o lazer pode ser concebido como um campo que se encontra em um processo intenso de construção. No Brasil, percebe-se que ele não se encontra totalmente estruturado, o que faz com que possua um grau de autonomia apenas relativo. Apesar de serem direitos garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o esporte e o lazer ainda estão em processo de ampliação, compreendidos como direitos sociais no país.

Assim, para Werneck (2000, p. 78), o lazer pode ser compreendido em duas perspectivas, a saber,

[...] como um direito social, em princípio proveniente das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado; e como uma possibilidade de produção de cultura, por meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos. Essa vivência é mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos.

As políticas públicas de lazer necessitam assegurar a todos os cidadãos o direito social ao lazer, a ter acesso aos bens de consumo assim como aos equipamentos direcionados ao lazer. Segundo Bahia (2012, p. 58), existem duas questões primordiais que precisam estar conectadas para que haja uma mudança efetiva nesse panorama, que são “a educação da sociedade e o compromisso político”. Por isso as políticas públicas para o lazer também podem incluir conteúdos que consideram a cultura e a educação, integrados à estratégias de ganhos em cidadania.

Segundo Almeida e Gutierrez (2004), o lazer dentro do cenário político sempre ficará em segundo plano, tendo em vista outros setores com mais importância política como a educação, a saúde, a habitação etc., o que demonstra a restrita compreensão das contribuições que as políticas públicas para o lazer podem trazer para ganhos em qualidade de vida e em acesso à produção e consumo de elementos da cultura, por exemplo, levando a ideia de que, para o Estado, pensar políticas públicas para o lazer ocasionaria um peso a mais na despesa pública, em detrimento da compreensão de que, de fato, trata-se de investimento de recursos públicos em uma aspecto da sociedade que também contribui para o desenvolvimento (se entendido de maneira ampla).

Contemporaneamente observamos a falta de participação mais efetiva da sociedade na cobrança de políticas públicas para o lazer. Na dinâmica social atual as pessoas vivem uma rotina desenfreada à procura da melhoria de vida e no consumismo, na maioria das vezes não estão preocupadas com seu tempo livre, mas com outros aspectos de suas vidas que incluem principalmente saúde, educação, trabalho, e o lazer não se torna prioridade em suas vidas. Muitas pessoas nem tomam conhecimento de fato do que significa o lazer, o que faz com que essa dimensão da vida passe a ser vista como supérfluo, diante de outras prioridades do mundo moderno.

Este fato tem ocasionado problemas significativos dentro da sociedade, incluindo principalmente a saúde pública, uma vez que a população não possui tempo para o descanso, ocasionando o aparecimento de doenças como estresse, hipertensão, depressão, entre outras, que são recorrentes nesse momento em que a sociedade apresenta essa dinâmica intensa. A busca pela felicidade passa pelo campo minado das situações desgastantes em que o mundo moderno impõe. A lógica do “tempo é dinheiro” nunca coube tão bem quanto em tempos como estes.

Como características atuais das dimensões sociais do lazer, Marcellino (1987, p. 28) destaca que,

de fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o

caráter social requerido pela produtividade confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria.

Verifica-se que o lazer é um campo que exige a compreensão profunda de todos os agentes envolvidos por ser um objeto de estudo que exige análises específicas, e que pode ser realizado por políticas, por meio de investimentos do setor público para elaboração de maiores pesquisas, que possibilitarão ações que atendam à sociedade moderna, a qual está dando uma nova atenção ao lúdico e no contexto em que o lazer passou a ser um item no rol das necessidades das civilizações e dos direitos dos indivíduos.

Todavia, o grande problema nessa questão é que as pessoas acabam impossibilitadas de vivenciar o tempo livre para o lazer, por falta de condições, ou de espaços direcionados à prática do mesmo, em função da falta de investimento adequado pela esfera pública, por exemplo.

A expressão “espaço público”, segundo Figueiredo (2008), surge na França em meados dos anos de 1852, momento no qual surge o planejamento e modernização das cidades na França. As ruas passam a ter um novo sentido criando novas perspectivas no modo de vida das cidades modernas do mundo ocidental. Esses espaços passaram a ser planejados de modo que ganhassem mais áreas para circulação de pessoas e de transporte urbano.

Desse modo, para Figueiredo (2008, p. 81),

o espaço público, visto como uma área de sociabilidade e lazer indispensável à vida nas cidades, e muitas vezes, agregando valores da natureza, está em oposição ao restante do urbano, com o concreto em demasia, sistemas econômicos de produção etc. Assim, os espaços públicos caracterizados pela circulação, comunicação, lazer e sociabilidade têm sido alvos de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo das cidades, geralmente com a premissa de proporcionar qualidade de vida à população.

Os espaços foram sendo planejados de acordo com os interesses do Estado, enquanto esfera social necessária à ampliação e acumulação capitalista, com o discurso de melhoria de vida da sociedade, fato que ainda vem sendo aplicado até os dias de hoje na organização das cidades, marcada também pela expansão de espaços privados ou mistos (parte públicos, parte privados) para práticas de lazer, como é o caso, por exemplo, dos *shopping centers*, como apresenta o estudo de Meguis e Castro (2015) ou, ainda, para a função turística desses espaços, como demonstram Castro e Figueiredo (2013).

Para entender melhor o que seria espaço público é necessário compreender as relações sociais que se manifestam dentro desses espaços, o que para Bahia (2012) existem algumas interpretações sobre a cidade com relação às funções que estas podem assumir na vida das pessoas, destacando-se quatro como essenciais, a saber: lazer, moradia, apropriação e circulação. A autora expõe que no cotidiano já se observa uma apropriação pela dimensão privada pelos três primeiros fatores, fazendo com que a dimensão pública exerça apenas a função de circulação, principalmente pela camada mais elevada economicamente da sociedade.

Ainda segundo aquela autora, o processo de urbanização das cidades vem provocando sérios problemas relacionados à distribuição adequada dos equipamentos de lazer que, por sua vez, influenciam na qualidade de vida das pessoas pela possibilidade ou impossibilidade de vivenciar o lazer nas cidades.

Outra problemática detectada pela autora é a falta de divulgação dos espaços para o conhecimento da sociedade, com fins de estimular a visitação dos mesmos. Neste sentido cabe ao poder público trabalhar políticas que favoreçam o acesso da população aos espaços públicos destinados ao lazer, trabalhando não somente na criação de novos espaços, mas também na preocupação da manutenção dos equipamentos já existentes.

O poder público não tem pensado as cidades de forma plural, onde a vida vai além das calçadas e onde há uma diversidade de modos de uso desses espaços. Existem contextos sociais que devem ser levados em consideração, pois quem faz a cidade é o cidadão, e privatizar espaços de modo a restringir o amplo acesso fere o direito de quem vive na cidade.

Segundo Figueiredo (2008), essa problemática é bem mais complexa em relação ao planejamento das cidades, pois muitos espaços são projetados de modo a se preocupar apenas com a estética do lugar, não levando em consideração todo o contexto histórico-social do ambiente. Assim, são projetadas praças, parques, jardins, um enorme “suporte” de equipamentos que vão sendo implantados ou revitalizados ao gosto do poder público com os mais diversos olhares profissionais e sem a mínima participação da sociedade na construção desses planos para áreas destinadas ao lazer urbano.

Nesse contexto, existe, segundo Serpa (2009), certo distanciamento social na questão da garantia à acessibilidade. As pessoas nem sempre podem acessar certos lugares e isso pode restringir ou desvalorizar relações de apropriação e pertencimento, entre as pessoas e os espaços de lazer, pois não se sentem pertencentes a determinados ambientes e, por isso, não os acessam.

Para um local ser considerado realmente público não pode haver restrição com relação à sua acessibilidade. As cidades não vêm sendo projetadas de forma igualitária e percebe-se que o ordenamento dos espaços tem privilegiado algumas elites a fim de manter sua dominação sobre as classes menos favorecidas. Portanto, a questão da acessibilidade vai muito além das questões físicas e materiais, mas perpassa pelas formas com que cada pessoa vivencia o local, de acordo com suas representações sociais, culturais, simbólicas entre tantas outras variáveis que implicam nessa relação entre espaços públicos e a acessibilidade social.

Esses aspectos, por outro lado, também são pressupostos para a gestão de políticas públicas que incidem nos espaços públicos urbanos. Por isso, cabe uma discussão teórica e conceitual também sobre essa dimensão da vida social e do lazer. Essa é a abordagem da sessão que segue.

A gestão dos espaços públicos de lazer

Como reflexo do desenvolvimento industrial do Brasil, a urbanização das cidades começa a se manifestar a partir do século XIX. No entanto, foi no século XX que de fato

a urbanização começou, quando a indústria se torna o setor mais dinâmico da economia, conduzindo a concentração populacional e espacial, bem como de renda e de bens de serviços, com a intensificação do processo migratório no sentido campo-cidade.

Nesse contexto, o planejamento urbano seria “uma forma de garantir a eficácia do funcionamento da engrenagem urbana consequentemente pelas políticas públicas da gestão da cidade”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 80). Outro autor que trouxe grandes contribuições a respeito da problemática relativa à cidade e à realidade urbana foi Lefèbvre (2001), já que o autor levanta questionamentos em relação a esta questão, como não plenamente conhecidos e reconhecidos nos programas políticos.

Para Lefèbvre (2001), o espaço público pode ser analisado como um produto possibilitador das relações sociais. No sistema urbano analisado pelo autor exerce-se a ação dos conflitos entre o valor de uso e o valor de troca, entre a mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade. Para ele, “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, reconhecimentos e recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver dos padrões que coexistem na cidade” (LEFÈBVRE, 2001, p. 22).

O planejamento das cidades sempre esteve ligado a interesses políticos executados pelo poder público como forma de atender a uma minoria privilegiada e, sobretudo, as grandes empresas, o que se transformou em descontentamento e reivindicação das classes populares por uma gestão mais democrática, participativa e inclusiva.

Existem olhares diferenciados no modo de planejar os espaços por meio dos mais diversos profissionais que lidam com a gestão urbana, com destaque para arquitetos, urbanistas, antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas, bacharéis em turismo, produtores culturais. Figueiredo (2008) observa que nas diversas áreas possuem categorias diferentes para tratar um determinado espaço, seja por meio do seu planejamento ou das análises e estudos que realizam.

É tendência da urbanização atual que espaços sejam adaptados à novas formas e novas funções, diante de demandas sobretudo por obediências a ordens estéticas, em muitos casos estranhas ao lugar, e a práticas sociais de determinados grupos sociais específicos. No entanto,

essas modificações de espaços urbanos geralmente se dão a partir da consideração de uma feição de um lugar da cidade, que prejudica o todo. São áreas consideradas decadentes e que enfeiam a cidade. A decadência aparece nas atividades econômicas, nas relações sociais, na configuração física dos prédios e equipamentos públicos. (FIGUEIREDO, 2008, p. 82).

Lefèbvre (2001) expõe que a democracia urbana ameaçava o privilégio de classes dominantes, daí nasce os entraves para impedir que esta democracia aconteça de fato, uma vez que as classes dominantes não aceitam dividir o centro urbano das cidades com a população menos favorecida economicamente.

As relações de poder na problemática do urbanismo, segundo Lacaze (1993), estão diretamente vinculadas às situações históricas em que a humanidade dispôs efetivamente de um poder pessoal para criar ou transformar as estruturas de uma cidade.

O autor apresenta a ideia de que as ações governamentais acabam por trabalhar uma visível exclusão territorial, por meio da fragmentação do espaço, em um processo de planejamento urbano consequente do tipo de economia e do modelo de sociedade existente. O que implica em favorecer interesses particulares resultando em hierarquização do território e oprimindo as necessidades coletivas.

No Brasil, as políticas públicas, segundo Azevedo, Figueiredo e Maranhão (2013), não são políticas bem sucedidas, por não se verificar uma participação efetiva da comunidade nos projetos de desenvolvimento urbano para as cidades e quando essas políticas são formuladas sem a participação da sociedade, observa-se grandes falhas no processo organizacional e funcional dessas políticas.

Trabalhar o planejamento das cidades em uma gestão participativa, tendo um olhar mais coletivo do que individual, tem sido um grande desafio para o poder público, pensar a cidade de forma plural em todos os seus aspectos, não apenas como receptáculo do consumo.

Todas essas questões hoje, segundo Figueiredo (2008), dizem respeito ao limite entre o poder público e o privado, ultrapassando as noções de espaço, e se constroem em articulações simbólicas e de representações da vida em sociedade na pós-modernidade.

Como exemplo disso, as praças públicas foram espaços que, ao longo dos tempos, sofreram significativas mudanças, levando-se em consideração os aspectos diversos, que as envolvem como definições, funções, usos e concepções, em virtude das transformações de uso ao longo da história, só recentemente a praça adquiriu *status* de uso como espaço de lazer.

Segundo Robba e Macedo (2002), o espaço urbano tido como precursor das praças foi a ágora, na Grécia. A ágora grega era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para discussão e debate entre os cidadãos. Até meados do século XVIII, o projeto de praças restringia-se ao entorno dos palácios europeus, nem sempre inseridos no contexto urbano.

Os espaços livres existentes nas cidades e marcados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou ao entorno de igrejas e catedrais. Portanto, embora ao longo dos anos os espaços públicos venham perdendo algumas funções no que se refere à sociabilidade e convívio no cotidiano das pessoas, a praça ainda é um espaço público de grande importância no cotidiano urbano.

No Brasil, as praças surgiram no período colonial e estavam integradas aos templos da Igreja Católica. Robba e Macedo (2002) descrevem que, nesse período, a praça (adro ou largo) era o principal espaço de lazer. As manifestações religiosas, culturais, de modo mais geral, e políticas ocorriam no adro da igreja e se expandiam até as ruas com as procissões e grandes festejos, quermesses, leilões, jogos, danças etc.

As praças coloniais brasileiras sempre permitiram que várias funções acontecessem no mesmo espaço, atividades sacras e profanas, civis e militares. Nesse sentido,

era ali que a população da cidade colonial manifestava a sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua

pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (ROBBA e MACEDO, 2002, p.22).

Para os autores, a praça é um espaço que embora já possua milênios de existência utilizados por civilizações de distintas maneiras, nunca deixou de exercer a sua mais importante função: a de integração e sociabilidade.

Observa-se ainda nos pequenos núcleos urbanos a presença do espaço público “praça”, dessa forma ainda é bastante comum associar “o centro de uma cidade à principal praça, que serve como ponto de encontro da sociedade local e embelezamento arquitetônico da mesma”. (ROBBA E MACEDO, 2002, p.131).

Embora as praças tenham sido caracterizadas como espaços livres públicos destinados ao lazer, como menciona Robba e Macedo (2002), esses espaços não têm sido vistos pelas autoridades, principalmente em grandes centros urbanos, como ponto de encontro e sociabilidade, ou até mesmo como espaços da cultura local e de manifestação política de cidadania.

Neste contexto, no entanto, nas pequenas cidades a praça ainda revela toda a simbologia e a centralidade da vida urbana, funcionando como um microcosmo, espaço de lazer e encontro da comunidade. Observa-se que nas pequenas cidades ainda existe o costume de se desfilar na praça pública, aproveitar o fim da tarde para marcar encontros, para sentar no banco da praça e aproveitar o tempo livre.

Estas práticas são observáveis na cidade de Breves-PA, sobretudo na Praça do Operário, que se localiza na área central do espaço urbano. E esse fenômeno motivou o desenvolvimento desse trabalho, por isso, segue-se analisando o caso específico da gestão pública de políticas de lazer que incidem sobre esse espaço público.

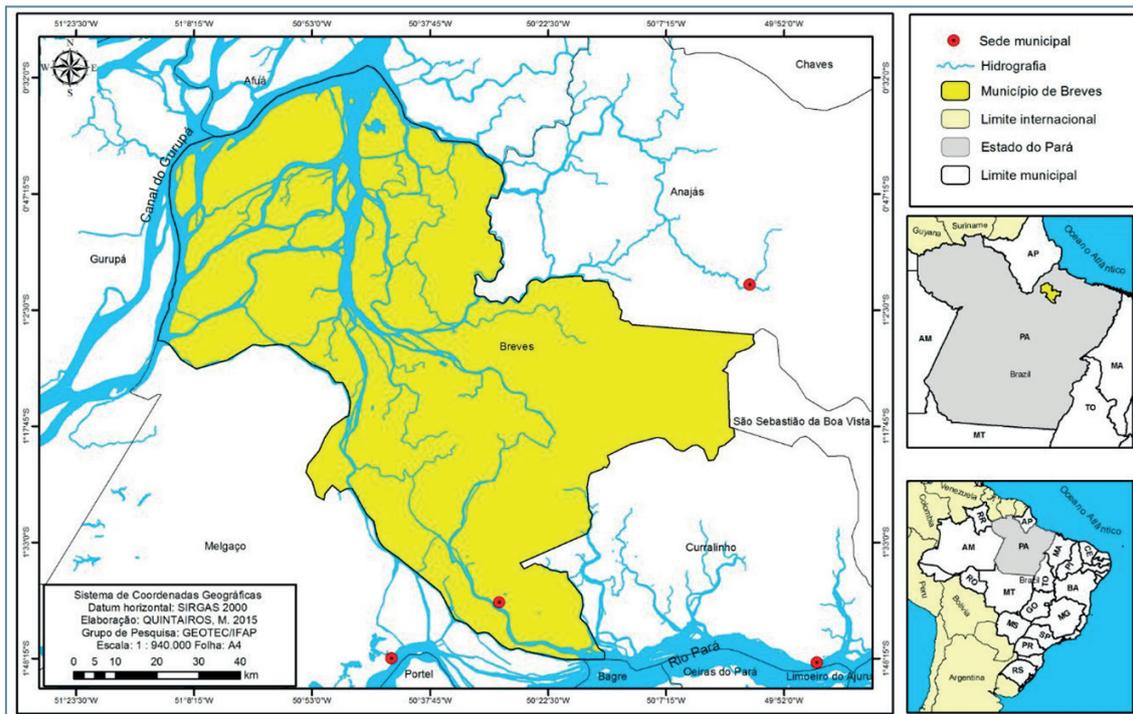
A gestão pública da Praça do Operário

O município de Breves localiza-se no Arquipélago do Marajó, mais especificamente na região dos Furos de Breves, como demonstra o mapa 1 (na próxima página), distante 265 km de Belém, a capital paraense. Segundo dados demográficos do IBGE (2013), o município possui uma população de cerca de 92.860 habitantes e uma área territorial de, aproximadamente, 9,5 milhões de quilômetros quadrados.

Além da sede municipal, que configura-se como o espaço urbano brevesense, uma vasta área ribeirinha e uma unidade de conservação da sociobiodiversidade também compõe o município, sendo inclusive áreas de práticas de lazer locais, com potencialidades para o desenvolvimento do turismo, por exemplo, como apresenta o estudo de Magalhães (2014).

O crescimento populacional recente logo gerou transformações no espaço urbano da cidade, quando houve o fechamento das madeireiras na região, a partir de 2008, muitas famílias migraram para a cidade na esperança de encontrar condições melhores de vida, pois o desemprego foi inevitável. Desse modo, Breves, assim como outras regiões do país, não estava preparada para o processo transformador que ocorrera no espaço físico do município para abrigar essas famílias, ocasionando fortes problemas sociais.

Mapa 1 - Localização do município de Breves, no estado do Pará, com destaque para o contexto territorial insular que caracteriza o Arquipélago do Marajó, com intensa presença de rios.



Fonte: Quinteiros, 2015³.

O aumento da população não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada, gerando desigualdades na ocupação do solo e beneficiando os que possuem mais condições a habitarem em espaços privilegiados, enquanto os que possuíam menores condições foram se concentrando nas periferias sem as mínimas condições de moradia, de acessos a serviços públicos e de qualidade de vida, muito menos de lazer.

A sede do município de Breves possui três praças, distribuídas apenas na região central da cidade, diferenciando-se uma das outras pelas preferências, pelo uso e pela apropriação por diferentes grupos sociais de Breves. Nesse contexto, a Praça do Operário é a mais central, por estar localizada na avenida que fica às margens do rio Parauaú, que é o acesso fluvial à sede do município, próximo ao terminal hidroviário, ao prédio da Prefeitura Municipal e ao templo católico da Igreja Matriz.

A Praça do Operário recebeu este nome em homenagem aos operários que trabalharam em uma Indústria madeireira denominada Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA), que era localizada ao lado do espaço onde hoje está a praça e que foi transformada em uma grande loja da cidade.

Segundo entrevista concedida por um ex-vereador do município, não existe nenhum documento que comprove a data exata de inauguração da praça, mas que sua construção

³ Mapa elaborado pelo geógrafo Marcos Quinteiros, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), exclusivamente para esse trabalho.

ocorreu na década de 1990, após um projeto de reforma empreendido pelo governo municipal. Após a reforma mais atual, a Praça foi reinaugurada no dia 12 de outubro de 2012, em homenagem ao dia das crianças, e apresenta a configuração espacial demonstrada na figura 1. É possível observar aspectos de sua localização, com destaque à proximidade ao terminal hidroviário (no canto superior direito). Também podemos observar a existência de 6 quiosques, que comercializam alimentos e bebidas, um coreto central e brinquedos infantis

Figura 1 - Vista aérea da Praça do Operário



Fonte: POPULAR FM (2015).

A Praça do Operário é revelada através da rua, que se torna uma extensão da casa dos moradores de seu entorno e dos donos dos empreendimentos construídos ao redor do espaço, e que percebem a praça com um olhar diferenciado, no entorno observa-se que existem outras formas de vivência de lazer que foram estabelecidas em consonância ao surgimento da reinauguração do espaço como, pizzaria, bar e lojas diferenciadas.

Nesse contexto, para os moradores e donos dos empreendimentos, a praça representa um espaço que trouxe para a cidade não somente uma área de lazer para a população, mas a oportunidade de crescimento econômico e geração de empregos diretos e indiretos, uma vez que a praça é um local onde a sociedade brevense frequenta com muita intensidade. Observou-se na fala dos entrevistados do entorno da praça e dos trabalhadores que atuam no local, que o senso crítico de responsabilidade entre os

mesmos em relação ao espaço tem sido latente, ao verificar o quanto é importante ter próximo de suas residências um espaço de lazer e, que ao mesmo tempo possa garantir o sustento de muitas famílias, um lugar que possa ser mantido em ordem e que também possa oferecer oportunidades de emprego e renda.

No entanto, os informantes desta pesquisa revelaram que durante os três anos e cinco meses em que esses trabalhadores estão no local, segundo os entrevistados, nunca houve reuniões com o poder público para analisar as situações ocorrentes no espaço, o que tem dificultado, segundo os mesmos, o trabalho no local, pois não há investimento por parte do poder público na manutenção da praça, dos quiosques, nem em relação aos incentivos culturais para movimentar o espaço.

Ao entrevistar os frequentadores da praça, constatou-se que muitas pessoas desse grupo têm noção do que é lazer e sua importância, e, além disso, ainda estão valorizando o tempo livre como um momento essencial em suas vidas, como forma de socialização e qualidade de vida, como pode ser observado em um trecho da fala de um dos entrevistados.

O lazer pra mim é um momento de descontração para buscar relaxar a mente e o corpo, é um momento que eu acho assim importante para o ser humano que ajuda a gente tirar o nosso estresse, porque às vezes no mundo em que nós vivemos hoje a gente todo tempo tá preocupado com alguma coisa, apressado pra resolver algum problema, mas se a gente não tiver esse momento de descontração de relaxamento a gente vai ter problema, tanto na família quanto até problema pessoal. Então lazer pra mim é uma coisa muito importante e eu sempre busco estar com meus amigos e familiares, para esse momento. (ENTREVISTADO 1, 2015)

O uso da praça, sobretudo para práticas de lazer é realizado de maneira mais intensa nos períodos vespertino, sobretudo no fim da tarde, e noturno, até porque não existe arborização, nem algum tipo de proteção do sol ou da chuva no espaço, fatos estes que dificultam o uso da praça pelo período matutino. Os frequentadores são de todas as faixas etárias, moradores de bairros próximos e distantes.

As áreas mais utilizadas são os brinquedos para as crianças e os quiosques que comercializam comidas típicas. A praça também é um espaço que gera trabalho e renda para os vendedores da cidade, alguns já estabelecidos nos quiosques e outros que atuam no entorno da praça como trabalhadores informais, com carrinhos de pipoca, venda de balões infláveis e aluguel de brinquedos.

Além dos quiosques que oferecem serviços de alimentação, equipamentos para o lazer infantil e para o descanso e contemplação em geral, a praça oferece a possibilidade de apreciar o pôr do sol, com visão do rio Parauaú, que banha a cidade. Observa-se que os frequentadores, normalmente, utilizam os assentos da praça que ficam dispersos em forma retilínea ao longo do passeio para observar o movimento, ouvir música em seus aparelhos celulares, namorar etc.

Figura 2 - Trabalhadores informais que comercializam produtos de alimentação e de recreação na Praça.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2015)

Figura 3 - Trabalhadores informais que comercializam produtos de alimentação e de recreação na Praça.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2015).

Constatou-se que existe a consciência entre os frequentadores da praça de que o local necessita de alterações, adaptações e principalmente de cuidados necessários para

sua vida útil e que, geralmente esses espaços são projetados mantendo certa exclusividade em relação aos equipamentos destinados ao lazer, que em sua maioria estão direcionados ao público infantil.

Aqui já tem espaço para crianças, só que precisa ter mais investimentos para que possa ter espaços dos jovens também, para que a gente possa usufruir do espaço que foi proporcionado, já que é uma área pública né?! [...] então tem que ter o lazer para todos (ENTREVISTADO 2, 2015).

Melhorar a infraestrutura da praça, mais atrações para as crianças, um sinal de *wifi* livre para população com certeza atrairia mais a juventude e, um trabalho também programado com as escolas, a questão de teatro, cultura, música, que envolvesse a questão da arte do município para estar dando mais oportunidade para a população conhecer um pouco da história do próprio município (ENTREVISTADO 3, 2015).

A partir da discussão teórica e conceitual que subsidiam as análises apresentadas nesse trabalho, entende-se que um espaço público de lazer deve ser um espaço de livre acesso e não de delimitações ou impossibilidades de apropriação, onde possa oferecer diversas vivências lúdicas, experiências que possibilitem aos sujeitos uma ressignificação dos espaços, fazendo com que os mesmos possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações em sociedade.

Por isso, parte-se do princípio de que o tempo disponível precisa ser correspondido por espaços e equipamentos construídos de forma que atendam aos anseios da sociedade. O que se constatou no espaço da praça é que essa problemática foi muito questionada pelos frequentadores, principalmente pelo público jovem, pois, de acordo com as entrevistas realizadas, esse público sente falta de algo a mais como pista de *skate*, programação cultural, rede de Internet que ofereça *wifi*, equipamentos e suportes que atrairiam muito mais esses frequentadores à praça.

Desse modo, a praça é um espaço que poderia ser muito mais aproveitado pelo poder público, proporcionando à população um local mais democratizado, por meio de equipamentos de lazer, mas também com uma programação cultural planejada, que oferecesse à sociedade outras opções de entretenimento como um projeto cultural de animação que englobe cinema na praça, dança, teatro, música, atividades físicas, entre outros.

Esses projetos poderiam ocorrer em parcerias com outras instituições como a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Igrejas locais e outras instituições não governamentais. Observa-se que existem ações pontuais nesse sentido, mas não podem ser caracterizadas como parte de uma política pública regular.

Outra problemática identificada foi em relação às questões de acesso, iluminação no entorno da praça e segurança por parte da guarda municipal, que já não se faz mais presente como quando a praça foi reinaugurada, pois a maioria da população mora distante do centro da cidade onde a mesma se localiza.

Constatou-se também, nas entrevistas, que as pessoas gostariam que houvesse um espaço de lazer mais próximo de suas residências. Nos bairros onde moram não

existem espaços projetados para o lazer, e muitos gostariam que outras praças pudessem ser construídas em seus respectivos bairros.

Nesse sentido, há uma ampla demanda social por um local de lazer em outros pontos da cidade, mais próximos das residências, como forma de facilitar na locomoção e na praticidade de se ter um espaço melhor localizado para prática do lazer. Esses espaços não necessariamente precisam ser equipamentos urbanos, como praças, mas também espaços naturais, dada a relação histórica e geográfica que Breves tem com os aspectos naturais que a compõem e a existência de inúmeras áreas naturais no sítio urbano do município.

Observa-se que as políticas públicas aplicadas na criação dos espaços de lazer ainda estão centralizadas, tanto do ponto de vista administrativo quanto geográfico, uma vez que os espaços públicos mais frequentados para o lazer são as praças e que por sua vez localizam-se no centro da cidade. Existem também outros espaços públicos diferenciados de lazer na cidade, sendo que estes ficam mais afastados do centro, como por exemplo: os balneários, os sítios e clubes que não são de fácil acesso, pois encontram-se em áreas mais afastadas do centro da cidade, e os clubes e danceterias existentes são espaços privados de lazer.

Constatou-se, por meio das entrevistas, a insatisfação da sociedade local de se ter um espaço, que apesar de ser público, ainda falta, por parte dos agentes responsáveis, maior participação no que se refere aos cuidados de se manter a praça de forma adequada à visitação de seus frequentadores. Embora hoje muitos já percebam que o lazer é um fator importante para a construção na vida do homem em sociedade, o que diferencia o lazer de outras dimensões sociais é a procura pelo prazer, elemento essencialmente humano, característico da formação da personalidade e que pode ser percebido em qualquer meio social organizado, mesmo em pequenos centros urbanos.

O lazer servirá também na construção de novas ideias que vão fazer com que essas pessoas tornem-se cidadãos mais participantes da vida política do lugar onde residem, por provocar pensamentos mais críticos, que certamente acarretarão em cobranças dos cidadãos por seus direitos. Exatamente o que foi observado a partir das entrevistas com os que frequentam o espaço.

A partir do trabalho de campo, constatou-se que o poder público não prioriza o lazer como fator importante na vida das pessoas, por perceber que é uma opção politicamente fraca para que haja grandes investimentos comparados a outros setores como educação e saúde. Dessa forma não existem incentivos específicos para valorizar o lazer como uma política que possa agregar aos demais setores, considerados básicos, como um instrumento que ajude no fortalecimento da melhoria da qualidade vida local.

Em entrevista com o representante do poder público constatou-se que a gestão da praça é feita pela Secretaria Municipal de Administração, e que essa gestão não é participativa, pois não existe o chamamento da sociedade para participar de planos ou ações que venham a ser desenvolvidos na praça. A secretaria apenas avalia as solicitações feitas por instituições ou grupos que queiram o espaço para realizar eventos, e somente assim acontecem as ações na praça. Não existe nenhum plano de ação específico para incentivar a população a visitar a praça com mais frequência. O que existem são eventos

esporádicos, realizados em datas específicas. Durante a pesquisa constatou-se que existem certas resistências por parte do poder público, em fornecer informações, o que acaba por limitar o trabalho aqui desenvolvido, em relação a análises mais profundas a respeito das políticas desenvolvidas no município para gestão do espaço público Praça do Operário.

As políticas de lazer ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Esporte, que possui uma infraestrutura insuficiente para implementar tais políticas, com poucos recursos financeiros para proporcionar à população melhores condições de vivenciar o lazer, pois a secretaria não possui fundo próprio para tal investimento.

Observou-se que a sociedade local anseia por melhores condições de vida, e que o lazer tem sido um dos fatores que influenciam para que isso aconteça. Nota-se que o poder público prioriza outras áreas para investimento na cidade e que a população não tem sido convidada a participar do planejamento do próprio meio onde vive.

Constata-se que não existe uma política de lazer direcionada, onde a população seja mais participante das ações que o governo possa planejar a Praça do Operário, algumas dessas ações são relacionadas aos eventos que acontecem esporadicamente no espaço promovido por escolas, grupos de pessoas e/ou igrejas.

Decerto que isso tem deixado a desejar, pois a população não se sente satisfeita com o trabalho promovido no espaço pelo governo municipal. Houve muitas reclamações sobre a segurança do local, a manutenção dos equipamentos existentes no espaço, a falta de eventos mais constantes e não periódicos que possam fortalecer também o fluxo econômico do município, uma vez que muitas famílias dependem do espaço economicamente. E por fim a falta de investimentos em outros espaços não centralizados de lazer, onde todos possam ter o direito de acessar sem restrições.

Considerações Finais

As análises dos dados mostraram que a gestão da Praça do Operário no município de Breves é feita pela Prefeitura, tendo a Secretaria de Administração como órgão gestor do espaço, apesar de a gestão municipal também possuir uma Secretaria de Esporte, que estaria mais apta a desenvolver políticas para o lazer. Os projetos culturais ou de recreação são desenvolvidos a partir de parcerias entre a gestão pública municipal e instituições ou grupos de pessoas que estiverem interessadas, no entanto, essa não corresponde a uma política regular do governo municipal.

A Praça do Operário é um importante espaço público urbano de lazer em Breves, pois nela ainda pode-se vivenciar momentos de prazer, de sociabilização, de reflexão, descontração entre tantos outros citados pelos entrevistados, é um espaço que pode ser bem melhor estruturado, podendo oferecer muito mais aos seus usuários. Nesse espaço, podem ser desenvolvidos vários projetos, sejam estes culturais, esportivos, socioeducativos, que envolvam a participação de instituições, secretarias, e/ou grupos de pessoas interessadas em desenvolver ações que faça do espaço um local agradável e ao mesmo tempo dinâmico. Enfim, a praça é um espaço que se for bem aproveitado trará para a sociedade local, uma opção de lazer bem mais diversificado.

O poder público não pode se omitir em relação a políticas públicas que viabilizem melhores condições de lazer, e sim pensar estratégias de planejamento que insiram a participação da sociedade civil, como colaborador dessas políticas. Uma política de lazer deve ser pensada democraticamente, programando ações que amenizem fatores historicamente excludentes como: classe social, gênero, faixa etária, nível de instrução entre outros. Os espaços públicos de lazer devem ser entendidos pelo poder público, não como um espaço limitado, mas como um local que possa haver possibilidades de apropriação, oferecendo aos seus usuários, diversidades de experiências, que ofereçam aos sujeitos uma ressignificação dos espaços, fazendo com que os mesmos, possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações sociais.

Sendo assim as políticas públicas de lazer devem ser pensadas de forma coerente, não apenas como forma de manter a ordem pública, mas trabalhando a garantia dos direitos dos cidadãos de vivenciar as práticas lúdicas, no momento de tempo livre, e possibilitando o acesso a espaços que sejam realmente democratizados.

Estudar o lazer em um espaço público no município de Breves foi um momento inédito, foi uma tentativa de inserir alguns questionamentos pautados nas relações de poder enquanto gestão pública e sociedade civil enquanto ator que representa o espaço nas suas mais subjetivas expressões, levando-se em consideração a importância que o lazer exerce hoje na vida das pessoas.

Em Breves, essa pesquisa revelou que a praça ainda é a forma mais intrínseca como lugar da vivência do lazer e, que a gestão desse espaço é um fator preponderante para sua permanência no cotidiano da sociedade local, e que as pessoas devem ser ouvidas pelo poder público de forma a colaborar nas políticas de lazer para o espaço e para o município. Assim, ao investigar o lazer dos moradores da cidade de Breves na Praça do Operário, constatou-se que existe uma realidade bem parecida com de outras cidades mencionadas por muitos autores, em relação às problemáticas enfrentadas por falta de espaços públicos adequados que ofereçam possibilidades de vivências e experiências lúdicas, por pessoas que não possuem condições financeiras de acessar outros espaços (privados) de lazer.

Referências

ALMEIDA, Marco; GUTIERREZ, Gustavo. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Conexões**, v. 2, n.1, p. 48-63, 2004.

ALVES, Maria Lúcia. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. **Turismo em análise**, v. 3, n. 22, p. 599-613, 2011.

AZEVEDO, Francisco; FIGUEIREDO, Silvio; NÓBREGA, Wilker; MARANHÃO, Christiano. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: _____. (Orgs.). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013.

BAHIA, Mirleide. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

CASTRO, Cleber; FIGUEIREDO, Silvio. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas, em Belém, Pará. In.: AZEVEDO, F.; FIGUEIREDO, S.; NÓBREGA, W.; MARANHÃO, C. **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 189-201.

DUMAZEDIER, Joffre. **Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da Decisão**. São Paulo: SESC, 1980.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martim; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29 março 2013.

LACAZE, Jean-Paul. **Os métodos do Urbanismo**. São Paulo: Papyrus, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.

MAGALHÃES, Ana Priscila. **Metodologia aplicada ao turismo de base comunitária em reservas extrativistas**: valorização da atratividade turística de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MARCELLINO, Nelson. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEGUIS, Thiliane; CASTRO, Cleber. *Shopping center* como espaço de lazer: o caso do Pátio Belém. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. v. 2, n.2, p. 135-160, 2015.

POPULAR FM. 2015. Disponível em: <<http://popularfmbreves.blogspot.com.br/2011/11/nova-praca-do-operario.html>>.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

WERNECK, Christianne. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR, 2000.

Endereço para correspondência

Av. Rio Branco, 901 - Centro, Breves-PA. CEP: 68.800-000.

Recebido em:
26/03/2016

Aprovado em:
06/07/2016

